

# A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

SILVA, Aline Cristina Bronstrup da.<sup>1</sup>  
SILVA, Melissa Cross Bier da.<sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo objetiva ser uma contribuição às discussões dos professores no processo de ensino-aprendizagem, quanto à importância da inclusão do aluno portador de Deficiência Intelectual, bem como para o seu crescimento como ser humano e a sua aprendizagem. Observa-se nas propostas curriculares um distanciamento entre as reflexões sobre o entendimento e a importância da inclusão, que apontam para uma crítica percepção do ato de incluir, como um facilitador do crescimento individual e social. Com esse trabalho, pretende-se oferecer subsídios que contribuam tanto para a formação de alunos capazes de desenvolver-se intelectualmente, quanto para o mundo em que habitam. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, que demonstra o quanto a inclusão é importante para que ocorra a aprendizagem do aluno portador de Deficiência intelectual. Deseja-se com a realização deste trabalho, que se operacionalize as posições teóricas das bibliografias estudadas e que se perceba, claramente, que a vivência com o diferente propicia um aprendizado diferenciado, capaz de levar o outro a uma postura consciente, reflexiva e crítica frente à realidade social em que se vive e atua.

**Palavras-chave:** Inclusão. Aprendizagem. Deficiência Intelectual.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso ocupou-se do tema: “A Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual”, considerando a inclusão como fator preponderante para a eficácia do ensino na rede regular e, tendo como problematização: Como ocorre, efetivamente, a inclusão do aluno portador de Deficiência Intelectual (DI) nos diferentes meios de convívio social da criança e/ou adolescente?

O conceito da inclusão visa à abrangência de todos os alunos, não só os portadores de algum tipo de necessidades especiais, mas, também aqueles que são ditos ‘normais’ e, todos devem estar prontos para incluí-los e educá-los.

---

<sup>1</sup> Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 2º - 2020.

<sup>2</sup> Professor Orientador no Centro Universitário Internacional UNINTER.

Para entender como ocorre a inclusão bem como a aprendizagem do aluno portador de DI, o objetivo principal do presente Trabalho de Conclusão de Curso foi analisar os desafios encontrados para uma efetiva inclusão e aprendizagem desses alunos. Objetiva-se ainda analisar práticas pedagógicas eficientes para que aconteça a inclusão e aprendizagem de alunos portadores de Deficiência Intelectual (DI); diferenciar as possibilidades de aprendizado do aluno de inclusão; e, estudar uma conduta estratégica para o profissional que tem em sua turma um aluno portador de Deficiência intelectual (DI).

A inclusão é um dos assuntos mais tratados nos últimos anos. As pessoas consideradas “diferentes” estão tendo mais oportunidades, pois a diferença é parte da natureza humana e a diversidade é fundamental para que haja mais oportunidades. Com a inclusão, todos têm a ganhar; pessoas com algum tipo de deficiência ganham quando a comunidade, em geral, proporciona meios de interação; e pessoas ditas “normais” ganham por poder conviver com a diversidade, aprendem a respeitar e, também, aprendem um novo sentido de vida.

Um espaço considerado inclusivo deve trabalhar, de forma diversificada, atividades mais dinâmicas, com as quais todos possam colaborar de alguma maneira, que possam desenvolver as áreas motora, afetiva, cognitiva e, ainda, a linguagem. A inclusão é dever de todos, da escola, da comunidade, da família e da sociedade como um todo.

Para que a inclusão seja de fato efetivada, a família também tem papel muito importante, pois é dela que vêm os primeiros contatos sociais, ela é a maior responsável pelos valores adquiridos e também de conhecimento. Unindo família e escola, garante-se que os alunos tenham uma educação de mais qualidade, enquanto uma assegura a proteção, o processo afetivo, social e cognitivo, a outra o processo de ensino-aprendizagem, construindo ainda mais conhecimento.

A metodologia é um eixo estruturador de cada ciência. Ela teve base numa pesquisa bibliográfica, baseada em leituras, análise e interpretação de livros, artigos, leis e revistas, que tratam sobre os assuntos de como se dá, efetivamente, a inclusão e a aprendizagem do aluno portador de Deficiência Intelectual.

## **2 A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Desde o início das eras, existe a exclusão de pessoas que nascem portando algum tipo de necessidade especial, uma deficiência. Essas crianças eram discriminadas e até mesmo sacrificadas por serem consideradas um mau sinal, um castigo dos deuses. Com o passar dos anos, essa cultura foi ficando para trás e, cada vez mais, buscava-se um método para incluir essa criança na sociedade em que ela vivia e, a partir de então, frequentar escolas juntamente com as crianças normais. Mas qual seria o princípio da inclusão? Essa resposta está descrita em (UNESCO, 1994, p. 3) que apresenta da seguinte maneira; “O princípio da inclusão é o reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à escola para todos, um lugar que inclua todos os alunos, celebre a diferença, apoie a aprendizagem e responda às necessidades individuais”.

A inclusão pressupõe a igualdade, a valorização das diferenças, transformação das culturas, nos permite reconhecer o outro e também nos conhecer melhor compartilhando assim, conhecimento, saberes e experiências com outras pessoas.

Segundo Aranha (2000, p. 2):

A ideia de inclusão se fundamenta em uma filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isso significa garantia de acesso de todos, a todas as oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social.

Um espaço considerado inclusivo deve trabalhar, de forma diversificada, atividades mais dinâmicas, com as quais todos possam colaborar de alguma maneira, que possam desenvolver as áreas motora, afetiva, cognitiva e, ainda, a linguagem. A inclusão é dever de todos, da escola, da comunidade, da família e da sociedade como um todo.

Assim, para Sasaki (1997, p.41), inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

O conceito da inclusão visa à abrangência de todos os alunos, não só os portadores de algum tipo de necessidades especiais, mas, também aqueles que são

ditos 'normais' e, todos, devem estar prontos para incluí-los e educá-los. Segundo Sánchez (2005, p. 13), "esta forma de entender a inclusão reivindica a noção de pertencer, uma vez que consideram a escola como uma comunidade acolhedora em que participam todas as crianças".

Para que a inclusão seja de fato efetivada, a família também tem papel muito importante, pois é dela que vêm os primeiros contatos sociais, ela é a maior responsável pelos valores adquiridos e também de conhecimento. Unindo família e escola, garante-se que os alunos tenham uma educação de mais qualidade, enquanto uma assegura a proteção, o processo afetivo, social e cognitivo, a outra o processo de ensino-aprendizagem, construindo ainda mais conhecimento. "Atualmente há a necessidade de a família estar em contato direto com a escola e vice-versa, porque a escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares propício para o desenvolvimento dos seus filhos e alunos". (LAZZARETTI e FREITAS, 2016, p. 4).

Essa parceria é muito importante para que se efetive a inclusão, planejando estratégias para inserir o aluno de maneira que não afete seu psicológico. Silva (2012, p. 153) acrescenta que:

A parceria entre familiares e profissionais é fundamental para o bem-estar do aluno com necessidades educacionais especiais assim como para seu sucesso acadêmico. Sendo assim, não podemos desconsiderar a participação dos familiares no planejamento do programa educacional voltada para esses alunos.

Para contribuir com a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, existem as Salas de Recursos Multifuncionais, que foram implantadas no ano de 2007, no Brasil, ofertando atendimento educacional especializado no turno inverso ao da matrícula na escola regular, com o intuito de desenvolver aquilo que é limitado, como, por exemplo, desenvolvendo sua criatividade, aprimorando a leitura e escrita.

(...) O atendimento educacional especializado não deve ser uma atividade que tenha como objetivo o ensino escolar especial adaptado para desenvolver conteúdos acadêmicos, tais como a Língua Portuguesa, a Matemática, dentre outros. Com relação à Língua Portuguesa e à Matemática, o atendimento educacional especializado pode desenvolver o conhecimento que permite ao aluno a leitura, a escrita e a quantificação, conforme a necessidade e o interesse de cada um, sem o compromisso de sistematizar essas noções, como é o objetivo da escola (MANTOAN, 2011, p. 126).

Os alunos portadores de algum tipo de necessidade especial requerem sempre mais atenção dos professores e de toda a equipe escolar, exigem mais cuidado na sala de aula assim como nos planejamentos dos professores, pois eles possuem um desenvolvimento individual diferenciado por apresentarem maior dificuldade em certos tipos de atividades desenvolvidas no cotidiano, sendo elas atividades pedagógicas ou qualquer atividade que eles irão realizar dentro ou fora da escola.

De acordo com Moraes (2008, p.142):

Ao identificar dificuldades de aprendizagem em um aluno, devemos elaborar estratégias que propiciem o reconhecimento dos fatores que estão impedindo esse processo de aprendizagem, assim, podemos realizar atividades que alcancem nossos objetivos como educadores, sendo um deles o verdadeiro desenvolvimento e bem-estar de nossos alunos.

Para que essa aprendizagem ocorra da melhor forma, é necessário que o professor busque novas formações, esteja sempre atualizado com o que há de novo na educação, novas maneiras e formas de ensinar, principalmente no que se refere aos alunos portadores de necessidades especiais. Segundo Soares e Carvalho (2012, p. 23) “A formação de professores de educação especial no Brasil tem sido objeto de preocupação dos governantes e gestores, bem como de estudos e pesquisas, desde, pelo menos, a década de 1950”.

As escolas são encarregadas pela promoção de recursos materiais, metodologias e adequação do currículo para receber toda a diversidade de alunos que frequentam as escolas hoje em dia. Não é mais de responsabilidade da escola dizer se um aluno tem ou não capacidade de aprender, todos são alunos com direitos iguais, de aprender dentro de seus limites.

No parecer nº 17, de 3 de julho de 2001, do Conselho Nacional de Educação, diz que a escola inclusiva:

Em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoio que a escola deve proporcionar-lhes para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deve ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos. (BRASIL, 2001, p. 15).

As pessoas portadoras de deficiência são capazes de aprender, se desenvolver e interagir em diversos ambientes; a escola, por sua vez, é o principal ambiente para que ocorra a inclusão, aprendizagem e socialização entre os estudantes, por meio das práticas pedagógicas. Assim, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Artigo 1º, tem a premissa de “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL, 2015).

Alunos especiais habitualmente necessitam de PEI (Plano Educacional Individualizado), suas necessidades devem ser analisadas conforme seu grau, tipo e natureza para que o PEI seja estruturado da melhor maneira possível para cada aluno. Para que se consiga planejar de forma adequada, devem ser realizadas avaliações com os alunos portadores de deficiência, avaliações essas que levam o professor a conhecer melhor seu aluno e suas aptidões.

De acordo com Manzano (2001, p. 137, apud SILVA, 2012, p. 171), PEI é:

Um programa elaborado para cada criança e desenvolvido interdisciplinarmente de maneira a valorizar suas capacidades, estabelecer metas e objetivos, delimitar serviços especiais necessários, orientando a forma de escolarização mais adequada, bem como os procedimentos de avaliação, desempenho e controle do mesmo.

No mundo, existem várias pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. A terminologia “deficiência” já passou por muitas expressões como, por exemplo: “pessoa portadora de deficiência” ou “pessoa com deficiência”. Existem inúmeras deficiências que podem ser de ordens genéticas ou acometidas durante a vida. Mas, antes de começar a falar de uma deficiência específica, deve-se primeiramente definir a deficiência. O Decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, em seu Artigo 3º, Incisos I, II e III, define da seguinte maneira:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gera incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante

um período de tempo suficiente para não permitir a recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidades de equipamentos, adaptações, meios

ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida”. (BRASIL, 1999).

Assim, para definir melhor deficiência, a ONU define como pessoas que têm algum tipo de impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, que impede a participação na sociedade como as demais pessoas. (BRASIL, 2008). Para conseguir chegar a uma definição sobre deficiência, deve-se levar em conta que foram várias crenças e conceitos sobre a pessoa com deficiência durante a história. As crenças em achismos e mitos já foram superados.

Sobre isso, Dias e Oliveira (2013, apud. TRANCOSO, 2020, p 45-46):

As manifestações da deficiência podem ser classificadas em três grandes grupos: deficiência **física**, deficiência **sensorial** e deficiência **intelectual**. Em cada um deles existem especificidades que são definidas por um conjunto de fatores interligados, tais como a estrutura da própria deficiência, a constituição orgânica e subjetiva da pessoa, assim como suas vivências e condições socioambientais. [...] Comparada às deficiências motoras, sensoriais e de comunicação, a deficiência intelectual encontra-se em situação peculiar, tanto devido à invisibilidade inerente ao indivíduo não sindrômico, como pelas representações sociais dominantes que, ao passo que atribuem à pessoa com deficiência intelectual uma cognição infantil, contribuem para lhes excluir do direito a uma vida adulta autônoma e cidadã.

Os alunos portadores de Deficiência Intelectual (DI) são aqueles que possuem um funcionamento intelectual muito abaixo da média, sendo percebida na comunicação, higiene pessoal, contato social, lazer e na aprendizagem. O deficiente intelectual deve ser visto como uma pessoa que possui direitos e deveres e deve ser estimulado para perceber seu próprio potencial, ter uma visão positiva de suas habilidades e aumentar sua autoconfiança, bem como, sua autoestima.

Para Santos (2010, apud. TRANCOSO, 2020, p. 91), que descreve a deficiência intelectual como:

Funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, coexistindo com duas ou mais limitações ao nível das áreas adaptativas (comunicação, autonomia, lazer, segurança, emprego, vida doméstica, autossuficiência na comunidade...), com a data de aparecimento até os 18 anos de idade.

Para o autor supracitado, atualmente o cenário educacional é bem diversificado. Existem muitas maneiras de buscar conhecimento e informações. Levando isso em consideração, deve-se, sempre, “ênfatar a contextualização do saber e sua relação com o indivíduo que aprende, que, considerando sua

integralidade, juntamente ao saber, é o pressuposto do sucesso no processo de ensino-aprendizagem” (TRANCOSO, 2020, p. 128).

As crianças portadoras de deficiência intelectual podem ser diagnosticadas logo nos primeiros meses de vida. Ela apresenta dificuldades motoras como, por exemplo, para engatinhar, falar e andar. Por isso, elas precisam de mais estímulos frequentemente. Relvas (2011), diz que a criança com deficiência intelectual tem “dificuldades na discriminação de objetos, percepção exata que, por deficiência dos sentidos, prejudicam o aprendizado”.

Ainda considerando os estudos do autor supracitado, “o aluno deve ser considerado um ser total que possui outras inteligências, além da linguística e da lógico-matemática, que devem ser desenvolvidas” (RELVAS, 2011, p. 121). A inteligência emocional vem contribuindo para a descontinuação do ensino tradicional. Esse tipo de inteligência é o que as pessoas usam para conhecer a si próprias, suas próprias emoções. Ponderando os alunos com deficiência intelectual essa inteligência é o que os leva a se descobrirem como um todo, desenvolvendo o seu potencial para tratar com situações que são vivenciadas no cotidiano. Assim, Relvas (2011, p. 122) acrescenta que “o cultivo de uma inteligência não implica que as outras não possam ser adquiridas: indivíduos diferentes, em culturas diferentes, desenvolvem, em maior ou menor grau, diferentes tipos de inteligências”.

Deve-se sempre ter em mente que o deficiente intelectual é uma pessoa como as outras, possui vontades, capacidades, especialidades e características particulares. Não se deve olhar somente para o “problema” ou sua “incapacidade”, essas pessoas podem carregar consigo inúmeras qualidades que, se bem trabalhadas, podem trazer vários benefícios para a comunidade como um todo.

Porém, os alunos portadores de Deficiência Intelectual enfrentam grandes desafios no que se refere à aprendizagem escolar, como, por exemplo, professores despreparados, falta de adaptações curriculares e pouco uso de tecnologias. Os professores precisam “utilizar-se de experiências concretas para aprender, estímulos e motivações para aprender, elogio e recompensa, individual e em grupo e atenção individual” (RELVAS, 2011, p. 86).

O uso da tecnologia pode garantir que o estudante portador de deficiência se sinta mais seguro com relação à aprendizagem, oportunidades e novas possibilidades de conhecimento. “Ela pode permitir a comunicação, a escrita, o registro e a



autonomia em diversas tarefas, auxiliando imensamente no processo de aprendizagem” (KLEINA, 2012, p. 30).

O jeito com que se trabalha com alunos de inclusão pode mudar a velocidade e o interesse com que ele aprende. Se o professor consegue identificar onde o aluno tem mais dificuldade e trabalhar especificamente em cima desta adversidade, fará com que ele aprenda de forma excepcional e muito mais prazerosa. Conforme Trancoso (2020, p. 150):

Podemos afirmar que trabalhar pedagogicamente com alunos com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais (deficiência intelectual) é estar sempre identificando as barreiras ao aprendizado (que são muitas e que de muitas formas se apresentam), para descobrir formas de suplantá-las, ou superá-las, ou “ludibriá-las”, no sentido de efetivar o processo de ensino-aprendizagem.

A educação de crianças portadoras de deficiência intelectual deve começar tão logo quanto a educação de uma criança dita “normal”, junto com outras atividades que estimulem mais o desenvolvimento dessas crianças e se construa novos aprendizados. Fierro (1995, p 247) afirma que, “a detecção precoce dos problemas de desenvolvimento contribui para orientar, adequadamente, os programas educacionais, nesses primeiros anos”.

A aprendizagem envolve habilidades cognitivas, e algumas são fundamentais para o processo de aquisição de conhecimento. Os alunos portadores de deficiência intelectual precisam que várias áreas sejam estimuladas para que ocorra a aprendizagem. “A neurociência dialoga com várias áreas do conhecimento, entre elas a educação. Esse diálogo é fundamental para ajudar todas as pessoas no processo de ensino e aprendizagem, principalmente as que possuem algum tipo de deficiência” (GROSSI, 2018, p. 131).

Os alunos portadores de DI (deficiência intelectual) possuem diferentes maneiras de aprender, cada uma tem suas habilidades, suas características, por isso os tratamentos devem ocorrer de maneiras distintas. Embora, às vezes, a comorbidade de alguns possa ser parecida, mas cada um tem sua individualidade. Por isso estimular de várias maneiras suas qualidades são de suma importância, por exemplo, a prática de jogos, música, atividades em grupo, entre outros tipos de abordagem que estimule o seu desenvolvimento de forma prazerosa. Como mostra Kleina (2012, p. 89-90):

A falta de habilidade causada pela deficiência pode, entretanto, fazer com que ele cesse suas tentativas de agir, de tentar fazer coisas e, conseqüentemente, pare seu desenvolvimento. Quando damos a eles uma ferramenta que atenda às suas dificuldades individuais, que faça com que ele perceba que é capaz, estamos também lhe dando novas perspectivas, aumentando sua autoestima e motivando-o a novas aprendizagens.

A educação convencional não é suficiente para o aluno portador de deficiência intelectual; as abordagens tradicionais não dão conta da aprendizagem de diversos alunos que se encontram em nossas escolas hoje, não conseguem abordar como o conhecimento é adquirido conforme suas capacidades. Assim, uma nova educação inclusiva, uma reorganização para atender as diferenças existentes na sala de aula, é o caminho para que ocorra a aprendizagem. Isso é favorecer ao aluno deficiente uma nova abordagem para que se efetive o conhecimento, respeitando suas condições de aprendizagem, sem igualá-lo aos outros. Como diz Padilha (2001, p. 135) “vencer as barreiras de sua deficiência – expandir possibilidades, diminuir limites, encontrar saídas para estar no mundo, mais do que ser apenas uma pessoa no mundo”.

Apresentar atividades digitais para alunos portadores de deficiência intelectual é uma boa oportunidade de fazer com que eles consigam superar certas dificuldades encontradas durante as atividades escritas. Com o tempo e insistência pode-se notar que esse tipo de atividade é significativo. Logo no início pode gerar um pouco mais de esforço dos profissionais, mas em longo prazo os benefícios para toda turma serão notórios. O aluno com deficiência intelectual pode realizar várias vezes a mesma atividade, convertendo-se quase que em um reforço, pois pode realizar essas atividades no seu ritmo e no seu tempo, sempre exigindo mais de seu raciocínio, transferindo todo o seu aprendizado em sala de aula. (KLEINA, 2012).

Para que essas atividades sejam realizadas na escola, normalmente existem laboratórios de informática carregados com Software Educativos, encarregados de colaborar com a aprendizagem dos alunos, reforçando os conteúdos trabalhados em sala de aula. Para Lucena (1992, apud. KLEINA, 2012, p. 142) esse software é “todo programa que possa ser usado para algum objetivo educacional, pedagogicamente defensável, por professores e alunos, qualquer que seja a natureza ou finalidade para a qual tenha sido criado”.

Sabe-se que esses softwares são mais voltados para alunos sem deficiência, pois quanto maior forem os elementos que compõe o software, maior será seu preço.

Por isso deve-se estar bem atentos na escolha do software que a escola terá, precisam-se levar em consideração os alunos com e sem deficiência, para que o investimento sirva para todos os educandos. “A escolha do software educativo deve favorecer a aprendizagem do educando com deficiência, com suas características e necessidades individuais, quanto dos demais estudantes” (KLEINA, 2012, p. 145). Para alunos portadores de deficiência intelectual, os níveis de dificuldade devem ir aumentando aos poucos, para chegar a níveis mais complexos de aprendizagem nos softwares educativos.

Para que ocorra a efetiva aprendizagem, o professor precisa “rebolar” para conseguir chamar a atenção e fazer com que os olhos de seus alunos brilhem. Com o aluno deficiente intelectual o trabalho é maior. O professor precisa adequar suas aulas conforme idade e ritmo de seus alunos, oferecendo aulas mais empolgantes e ao mesmo tempo desafiadoras. Quando as dificuldades dos alunos forem muito acentuadas, podem fazer com que o aluno pense que não vai aprender, não vai conseguir superar as expectativas dos pais e também de seus professores e, ainda, suas próprias expectativas (TRANCOSO, 2020, p. 164). Mesmo assim, deve-se valorizar que qualquer aprendizagem é válida, pois ele pode não ter aprendido o conteúdo de fato, mas no meio do caminho teve várias aprendizagens significativas, que devem ser aplaudidas. “Afinal, **criar em resiliência**, aumentando seu nível de tolerância à frustração, é um aprendizado para toda a vida e para todos, inclusive para o professor” (TRANCOSO, 2020, p. 165, grifo original).

Atualmente, os professores estão indo em busca de novos conhecimentos, diversificando a maneira de ensinar; a atual situação pede esse aperfeiçoamento, necessita que o mundo se abra para o novo, para o desconhecido, para o que faça você sentir a imprescindibilidade de mudança. Para isso, Grossi (2018, p. 131) afirma que, “(...) os professores têm buscado diversificar suas atividades pedagógicas respeitando as diferenças e necessidades de cada aluno”.

Vivencia-se uma era de novos paradigmas de educação; assim sendo, novos modelos de avaliações devem ser propostos. Cabe ao professor pensar em novas alternativas de avaliar seus alunos e como as salas de aula estão repletas de dessemelhanças entre os alunos, precisam existir múltiplos caminhos para que essa avaliação ocorra. Sobre isso, Oliveira, Valentin e Silva (2013, p. 31) refletem:

A discussão sobre a operacionalização de uma educação inclusiva confere igualmente um papel de destaque à avaliação pedagógica e influencia o pensar do professor. A escola, nesse sentido, precisa adotar uma postura reflexiva e transformadora e, assim, mudar suas concepções em relação ao currículo, ao projeto pedagógico e, conseqüentemente, à ação pedagógica, no campo das metodologias, da organização didática e da avaliação. Mais do que nunca, é preciso vencer o tradicionalismo tão presente ainda em tais práticas.

Para avaliar alunos com adversidades, necessita-se buscar diferentes meios para que ela se efetive, levando-se em consideração a forma com que o aluno consiga expressar o que aprendeu e desde o início onde essa aprendizagem começou. Pode-se citar Trancoso (2020, p. 168-169) que trata avaliação dos alunos com deficiência intelectual, da seguinte maneira:

No contexto da educação inclusiva e no tocante à avaliação de alunos com dificuldade intelectual e desenvolvimental (deficiência intelectual), a avaliação deve efetivar-se por meio dos **recursos necessários** para que o aluno possa expressar-se e mostrar o que aprendeu. (...) O ideal seria que fizéssemos avaliações orais para alunos com estilo de aprendizagem mais auditivo, avaliações com materiais táteis para aqueles mais cinestésicos e avaliações com imagens para os mais visuais. (...) A avaliação, portanto, deve começar “no começo” e englobar “o todo” durante todo o tempo, para o sucesso do aluno e da prática pedagógica.

Baseado no autor supracitado, entende-se ainda que nesse novo paradigma educacional a avaliação perde seu potencial de controle, realizada por meio de provas e exames e passa, então, impulsionar tudo o que for realizado no espaço de aprendizagem, aqui, no ambiente da escola.

Sabe-se então, que a escola é o primeiro ambiente de convivência com o diferente, além de ser um espaço propício para a aprendizagem e, assim, deve disponibilizar aprendizado de maneiras diferentes para que todos consigam alcançar seus objetivos. O artigo 28 da Lei de Inclusão das Pessoas com Deficiência no inciso VII, nos mostra que “participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar” (BRASIL, 2015).

Assim, conclui-se que a inclusão dos alunos portadores de Deficiência Intelectual na sociedade, bem como na escola, é essencial para que se construa uma sociedade mais justa e igualitária.

## 2.1 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi aplicada a metodologia de Pesquisa Bibliográfica que consiste em um tipo de pesquisa que se desenvolve através de leituras de materiais já existentes sobre o tema em questão; objetiva analisar contribuições anteriores que se relacionam ao assunto a ser trabalhado. Este tipo de pesquisa, geralmente, tem o intuito de ampliar ou gerar novos conhecimentos.

Sempre que for realizada, é necessário que se faça uma triagem, estabelecendo-se desta forma um plano de estudo. Sendo esta pesquisa um protótipo de base que contribui em todas as partes da construção de um trabalho, é comum encontrar-se presente na maioria dos aspectos da formação acadêmica.

Desta forma, no presente trabalho foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica com o intuito de aprofundar algumas das considerações teóricas já existentes sobre a Deficiência Intelectual.

O desejo de realizar este trabalho surgiu através do constante contato com professores atuantes em escolas onde estão inseridos alunos com deficiência intelectual, que explicitam suas dificuldades para resolver o problema de aprendizagem destes alunos.

Uma crise na aprendizagem e, conseqüentemente, na vida como um todo, acontece logo cedo, pode se relacionar com atitudes desfavoráveis, como a falta de incentivo, de oportunidades e de condições de aprendizagem digna.

Este tipo de crise faz com que o aluno sinta-se fracassado e incapaz, distanciando-se, cada vez mais das escolas e das oportunidades de aprendizagem, nem chegando a descobrir o potencial que possui, para chegar ao sucesso escolar, tanto para si próprio como para a família, levando-se em consideração que também através desse meio ele consegue interagir com o mundo que o cerca.

A partir desta pesquisa, espera-se contribuir para promover uma reflexão a respeito da importância da inclusão nas práticas escolares, bem como em toda a comunidade, incentivando professores e alunos a construir suas próprias metodologias.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sala de aula é um lugar de constante convívio e aprendizado. Alunos e professores interagem numa busca pelo conhecimento, sempre procurando ter respeito às individualidades e às diversidades ali existentes.

O fato de que nossas salas de aulas estão repletas de diferenças, exige que o professor esteja sempre em busca de melhorias para o processo de ensino-aprendizagem, focando sua prática docente no aluno e não meramente no currículo e no conteúdo, dando ênfase ao aprendizado de todos. Notou-se o quanto a tecnologia pode ser importante para que o aprendizado ocorra sistematicamente. Ela é uma aliada imprescindível nas aulas, auxiliando a repetição de conteúdos quantas vezes forem necessárias para que o aluno consiga memorizar o conteúdo, para que gradualmente ele se efetive.

Os alunos portadores de DI são ativos, têm sentimentos, pensam e criam, por isso, dependem de algumas melhorias por parte da escola. A família deve estar em constante contato com a escola, pois essa parceria é fundamental para que ocorra o desenvolvimento do aluno, bem como sua aprendizagem.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso mostrou o quanto é importante a efetiva inclusão dos alunos especiais para o crescimento dele próprio, como dos demais que o cercam. Os objetivos deste trabalho foram alcançados com êxito. A hipótese central de que a efetiva inclusão das crianças e/ou adolescentes portadores de DI amplia os limites do conhecimento, proporcionando uma adequada aprendizagem sempre considerando suas limitações e atentando que cada aprendizado é uma grande conquista, confirmaram-se na pesquisa realizada.

Conclui-se que, uma vez que os deficientes intelectuais tenham oportunidades de estarem inseridos, adequadamente, eles conseguirão desenvolver-se normalmente dentro de suas particularidades. Considerando que eles precisam sempre de apoio e de métodos congruentes relacionados às suas necessidades e, para isso, a família deve estar engajada com a escola desde sempre e para sempre.

O ideal seria uma sociedade em que os alunos, os pais e os professores, juntos, formassem uma comunidade inclusiva, em que a deficiência não seja o foco da questão, mas sim, que a pessoa que ali existe é capaz de amar, aprender e transmitir seu conhecimento de maneira distinta dos demais.

O ato de ensinar exige que o professor estude novas propostas para que mobilize o aluno unindo emoção à razão e a escola deve possibilitar que se formem pessoas pensantes, criativas e críticas, capazes de lidar com os problemas enfrentados no cotidiano.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Inclusão social e municipalização**. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília, Ed. Da Unesp, 2000. P. 1-19.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 17, de 3 de julho de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 de agosto de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

BRASIL, Presidência da República, Secretária Geral. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, 2008.

DIAS, S. de S.; OLIVEIRA, M. C. S. L. de. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. **Revista Brasileira de Educação Especial**. In: TRANCOSO, Bartira Santos. **Deficiência Intelectual: da eliminação à inclusão**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

FIERRO, A. **As crianças com atraso mental**. In: COOL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento Psicológico e educação**. Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro. **Neurociência e aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual: um estudo de caso**. VÉRTICES, V. 20, n. 1, p. 120-134, 2018. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/324817825\\_Neurociencia\\_e\\_aprendizagem\\_de\\_pessoas\\_com\\_deficiencia\\_intelectual\\_um\\_estudo\\_de\\_caso](https://www.researchgate.net/publication/324817825_Neurociencia_e_aprendizagem_de_pessoas_com_deficiencia_intelectual_um_estudo_de_caso)>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

KLEINA, Claudio. **Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva**. Curitiba, Intersaberes, 2012.

LAZZARETTI, Beatriz; FREITAS, Alcicléia Souza. **Família e escola: o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências**. Caderno Intersaberes| vol. 5, n,6, p. 1-13| jan.dez.| 2016| ISSN 2317 – 692x.

LUCENA, Marisa Woolf Ferreira Pereira de. **A gente é uma pesquisa: desenvolvimento cooperativo da escrita apoiado pelo computador**. In: KLEINA, Claudio. **Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva**. Curitiba, Intersaberes, 2012.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio das Diferenças na Escola**. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MANZANO, Esteban Sánchez. **Princípios da educación especial**. In: SILVA, Aline Maira da. **Educação Especial e Inclusão Escolar: histórias e fundamentos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MORAES, Jaqueline J. Como trabalhar com a dificuldade de aprendizagem. **Revista Eletrônica: “O caso é o seguinte...”** /Coordenação Pedagógica: Coletânea de Estudos de Casos/ Pontífica Universidade Católica de Minas Gerais – v. 1, n. 2 (ago/dez. 2008-). – MG/ Belo Horizonte: ICH – PUC Minas, 2008. Disponível em: < [http://www4.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE\\_ARQ\\_REVIS\\_ELETR20081205200459.pdf](http://www4.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20081205200459.pdf)>. Acesso em: 05 de outubro de 2020.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; VALENTIN, Fernanda Oscar Dourado; SILVA, Luis Henrique. **Avaliação pedagógica: foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013. Disponível em: < [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro\\_11\\_oliveira.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_11_oliveira.pdf)>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

PADILHA, A. M. **O que fazer para não excluir**. In: GOÉS, M. R.; LAPLANG, A. F. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

RELVAS, Marta Pires. **Neurociências e transtornos de aprendizagem: as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva**. Rio de Janeiro: WAK, 2011.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Inclusão: **Revista da Educação Especial**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 7-18, 2005.

SANTOS, A. S. P. G. dos. A dificuldade intelectual e desenvolvimental na atualidade. **Revista Educação Inclusiva**. In: TRANCOSO, Bartira Santos. **Deficiência Intelectual: da eliminação à inclusão**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba, Intersaberes, 2012.

SOARES, Maria Aparecida Leite; CARVALHO, Maria de Fátima. **O professor e o aluno com deficiência**. São Paulo: Cortez, 2012.

TRANCOSO, Bartira Santos. **Deficiência Intelectual: da eliminação à inclusão**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípio, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, 1994.